

Interior

Edital de intimação de credores e terceiros interessados na recuperação judicial de: REGINALDO BANDEIRA - TRANSPORTES - "TRANS-BANDEIRA" (CNPJ 23.035.129/0001-30)

Art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005. Processo nº 0005850-77.2024.8.16.0097

Classe/Assunto: Recuperação Judicial

Edital expedido por determinação do MMº. Juiz de Direito Juliano Albino Manica, nos autos do **PROCESSO nº 0005850-77.2024.8.16.0097 de RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ajuizada por REGINALDO BANDEIRA - TRANSPORTES - "TRANS-BANDEIRA" (CNPJ 23.035.129/0001-30), que tramita perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Maringá - Estado do Paraná - com prazo de 15 (quinze) dias corridos.

O MMº. Juiz de Direito Juliano Albino Manica, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER** que nos autos acima enumerados foi deferido o processamento da Recuperação Judicial ajuizada por parte de **REGINALDO BANDEIRA - TRANSPORTES - "TRANS-BANDEIRA" (CNPJ 23.035.129/0001-30)**, cujo **(I) RESUMO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, nos termos do art. 52, §1º, I, da Lei 11.101/2005 "LREF", segue elencado na sequência: Trata-se de pedido de recuperação judicial aforado por **REGINALDO BANDEIRA**, na data de 15/05/2025, perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá, Estado do Paraná, sob o nº 0005850-77.2024.8.16.0097, no qual, em síntese, informa que é prestador de serviço de transporte de gado, desde o ano de 2013; que "no ano de 2010, o Requerente adquiriu seu primeiro caminhão, modelo boiadeiro, marcando início de sua dedicação profissional no ramo de transporte de gado"; que "o desenvolvimento da atividade econômica da Requerente manteve-se em constante evolução até o ano de 2016. Neste ano, a crise econômica que impactou severamente o setor de frigorífico trouxe reflexos significativos para o ramo de transporte de gado"; que "com a interrupção do serviço de frete, o Sr. Reginaldo vendeu o caminhão e permaneceu sem este bem por dois anos. Durante esse período, dedicou-se ao comércio de veículos e à intermediação de propriedade, atividades que garantiam a subsistência do Requerente"; que "no ano de 2018, com a aquisição de um caminhão graneleiro retornou suas atividades de frete, destinado ao transporte de grãos, como soja, milho e adubo. Esse investimento marcou uma mudança estratégica profissional para dar direcionamento nas operações ao setor agrícola"; que "a mudança de estratégia profissional renovou a diversificação operacional, ampliou a área de atuação e consolidou - no mercado - a posição de excelente no transporte de cargas. No ano de 2019, o Requerente expandiu a frota de caminhões, adquirindo um novo modelo para atender a crescente demanda de fretes"; que "nos anos subsequentes, a expansão da frota continuou de forma gradual e planejada. Em 2020, o Requerente adquiriu um novo caminhão para mais uma vez diversificar a frota e aumentar a capacidade de transporte de cargas. Em 2021, reforçando seu compromisso com a modernização e a eficiência operacional, foi realizada uma nova aquisição, incorporando mais um caminhão à frota"; que "além do aumento da frota de caminhões, a Requerente também precisou reforçar o número de funcionários, o que consequentemente, culminou no acréscimo das despesas operacionais. No ano de 2022, a Requerente se viu diante de um cenário de desafio financeiro, após o acontecimento de um acidente envolvendo um de seus veículos - Scania R440, ano 2013, placa AWA4377, adquirido no ano de 2018"; que "a queda brusca de receita, devido os acidentes com alguns caminhões da frota, impossibilitaram o Requerente de honrar com o pagamento do seguro e de outras obrigações importantes para a atividade econômica"; que "Além dos acidentes, o aumento expressivo nos preços dos insumos impactou diretamente os custos operacionais"; que "A diminuição na produção de grãos também reduziu a necessidade de transporte, refletindo em uma menor demanda pelos serviços prestados"; que "no primeiro trimestre de 2024, a situação enfrentada pela empresa revelou-se uma das mais severas desde sua fundação"; que "a diminuição nas exportações e a indefinição quanto à próxima safra agravaram ainda mais a situação, resultando em um período extremamente desafiador para as empresas do setor"; que "apesar do cenário econômico debilitado, o Requerente enfatiza seu compromisso em superar as dificuldades, preservar empregos, gerar renda e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, acreditando firmemente no potencial de crescimento e expansão de seus negócios"; que "a Recuperação Judicial visa evitar a Falência de empreendimentos em crise temporária, objetivo de suma importância, uma vez que o desaparecimento de tais empresas acarreta inevitáveis consequências, como o fechamento de postos de trabalho, o desaquecimento da economia, a redução das exportações, a diminuição da concorrência e dos recolhimentos de tributos, além de aumentar a complexidade no controle da inflação e contribuir para o caos social"; que "todos os requisitos formais e materiais até o momento se encontram preenchidos pelo grupo, sendo plenamente viável a visualização inicial do cumprimento das formalidades por este juízo, não havendo óbice ao deferimento do processamento"; que "embora o domicílio do requerente ser na cidade de Ivaiporã - PR, conforme vigência da Resolução nº 426 de 2024, publicada pelo Órgão Especial do Tribunal e Justiça do Estado do Paraná, criou-se as Varas Empresariais Regionais com competência para processar e julgar as ações relacionadas ao Direito Empresarial, às recuperações judiciais e falências, como também as decorrentes da Lei de Arbitragem."; que "cabe a Vossa Excelência se declarar único competente para analisar e julgar questões envolvendo o patrimônio do Requerente, sejam elas expropriatórias ou não, eis que o juízo recuperatório possui universalidade e competência absoluta para julgar as causas que envolvam interesses da empresa em crise"; que "O Requerente

Reginaldo Bandeira carece de estar na posse de todos os bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade, como os bens listados ao final deste petição, para garantir o sucesso futuro do procedimento recuperacional quando da aprovação do Plano"; que "em sendo deferido o processamento da recuperação, todos os bens listados no anexo ao final desta exordial devem ser declarados essenciais ao funcionamento da empresa, de modo que, são passíveis de determinação expressa para que permaneçam em sua posse durante o curso do processo recuperatório, de acordo com os ditames da Lei Falimentar e da jurisprudência majoritária"; que "é imprescindível que, diante de todos os argumentos expostos, seja deferido o efeito suspensivo atribuído pelo stay period, de acordo com a previsão do art. 6º, II, da Lei nº. 11.101/05, aliada ao entendimento jurisprudencial colacionado no curso deste pronunciamento, determinando-se, expressamente, por meio de decisão com força de ofício, a suspensão das execuções contra o Requerente, bem como de qualquer hasta pública designada para expropriação de ativos"; que "em sendo deferido o processamento da presente recuperação judicial, é imperioso que este juízo consigne a dispensa da Certidão de Débitos Fiscais para concessão do pedido, corroborando o atual entendimento proferido pelo STJ no Informativo de Jurisprudência de nº 828, viabilizando o início do processo recuperatório e a medidas de soerguimento da empresa em crise, consagrando o objetivo contido no artigo 47, da Lei Regente"; que "seja determinada a retirada de todos os apontamentos (Cartórios de Protestos, SERASA e SPC, CCF) relativos aos títulos oriundos de créditos sujeitos ao procedimento concursal, tanto em nome das empresas devedoras, quanto de seus sócios e, de igual modo, que seja expressamente determinado que os órgãos de restrição ao crédito se abstenham de realizar novos apontamentos em seus bancos de dados"; que "o Requerente Reginaldo Bandeira entende pelo diferimento do pedido das custas iniciais quando do recebimento do presente pedido de Recuperação Judicial apresentado, haja vista a situação econômico-financeira que está vivenciando neste momento e dispor de uma quantia volumosa poderia impossibilitar o cumprimento das obrigações que estão vigentes", ao final, atribuiu à causa o valor de R\$ 4.910.965,21, conforme lista de credores apresentada. Também em cumprimento ao disposto no art. 52, §1º, I, da citada Lei, destaca-se que foi proferida **(II) DECISÃO DEFERINDO O PROCESSAMENTO DO PEDIDO**, nos termos do art. 52, da LREF, à seq. 120 dos autos, em 12/06/2025 a qual dispôs, em suma, que o "empresário individual com sede em Ivaiporã/PR, situada no âmbito da competência desta Vara Regional empresarial especializada localizada na Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR, propôs um pedido de tutela de urgência cautelar antecedente com fundamento no art. 20-B da Lei nº 11.101/2005, visando à preservação patrimonial e atividade e à instauração de mediação empresarial com seus principais credores"; que "Por decisão de mov. 28, o juízo deferiu tutela antecedente ao efeito de declarar a essencialidade de veículos constantes de lista própria nos autos e determinar a suspensão cautelar de constrições patrimoniais por 60 (sessenta) dias contados da primeira sessão de mediação, bem como o encaminhamento à mediação empresarial, a qual foi instalada e teve sessões válidas realizadas nos dias 10/04/2025 e 23/04/2025 conforme informado no relatório apresentado pela Câmara de Mediação em mov. 104. Embora a mediação não tenha resultado em acordo até o presente momento, a medida cumpriu sua finalidade legal, instruindo as partes e consolidando elementos relevantes para a postulação formal da recuperação judicial e posicionamento dos credores afetados, com potencialidade para outros bons resultados a posteriori. Mais, o juízo ordenou a realização de constatação prévia, nomeando profissional habilitado e com expertise empresarial, sobre vindo laudo conclusivo em mov. 73"; que "O requerente juntou documentos faltantes em mov. 93 assinalados no mencionado laudo de constatação prévia, bem assim apresentou emenda à petição inicial no mov. 114, com o pedido principal acrescido de documentos inclusive complementares, sanando omissões antes apontadas e promovendo regular instrução do pedido"; que "A profissional Dra. Renata Paccola Mesquita, representante da AUXILIA CONSULTORES LTDA, antes nomeada como responsável pela constatação prévia, elaborou um Laudo Suplementar de Constatação (mov. 118.2), atestando-se, quanto ao requerente, enfim: o exercício regular da atividade empresarial há mais de dois anos; a inexistência de falência ou recuperação anterior; a apresentação substancial e regular das demonstrações contábeis, certidões, relação de credores e empregados, documentos bancários, passivo fiscal, bens particulares e ativos não circulantes; como também asseverou haver indicativo de uma crise econômico-financeira reversível. Contudo, devem ser juntados pelo requerente outros dados e informações, suplementares, mas sem prejudicar o imediato conhecimento do pedido de deferimento do processamento da RJ, como segue: relação de credores não sujeitos ao processo de recuperação judicial; extratos atualizados de contas bancárias e eventuais aplicações financeiras dos últimos três meses; relação de bens e direitos do ativo não circulante da sociedade empresária com apontado no referido laudo suplementar"; que "com base nos elementos trazidos aos autos e "com fundamento no art. 52 da Lei nº 11.101/2005, DEFIRO O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL formulado por REGINALDO BANDEIRA - TRANSPORTES - "TRANS-BANDEIRA", empresário individual, CNPJ nº 23.035.129/0001-30"; que "Nomeio como Administrador Judicial a sociedade AUXILIA CONSULTORES LTDA, representada pela Advogada Dra. Renata Paccola Mesquita (OAB/PR nº 50.980), profissional que vem atuando com proficiência no laudo de constatação prévia, já cadastrada nesta unidade e habilitada nos termos da Portaria nº 2/2024"; que "A proposta definitiva do AJ e o aceite do devedor devem ocorrer nos autos incidentais previstos na portaria 2/2024, onde será homologado" e que "O relatório mensal de atividades (RMAs) do devedor, a cada 30 dias, na forma do art. 22, II, "a" e "c", da LREF, deve ser apresentado diretamente nos autos incidentais a ser instaurado pela Secretaria em conformidade à boa prática contida na portaria 2/2024". No mais, constou da r. decisão o que segue "a) Determino a suspensão das ações e execuções contra o devedor (inclusive se e quando figurar em litisconsórcio com eventuais coobrigados) pelo prazo legal de 180

(cento e oitenta) dias, nos termos do art. 6º, §4º, da LREF, com abatimento do período de vigência da tutela antecedente deferida, em 60 (sessenta) dias; b) Re-ratificação de declaração em decisão de mov. 28, 43 e 59 da essencialidade de veículos na posse do devedor e utilizados na atividade empresarial por ele realizada; c) Ficam proibidos atos de constrição, exceto nas hipóteses do art. 6º, §§1º, 2º e 7º, e art. 49, §§3º e 4º da LREF; d) O devedor poderá manter suas atividades normalmente, inclusive perante entes públicos e instituições financeiras, independentemente de certidões negativas, exceto quanto à Seguridade Social (LREF, 52, II); e) Determino que o devedor adote a expressão "em recuperação judicial" em todas suas comunicações, documentos e publicações (LREF, 69). VII - Edital e habilitações expeça-se o Edital1, acerca da notícia do processamento do pedido de recuperação judicial e da Lista1 organizada pelo devedor sobre os créditos sujeitos à recuperação judicial, com auxílio do Administrador Judicial (AJ), contendo: a) resumo desta decisão; b) lista de credores apresentada (Lista 1); c) advertência sobre o prazo de 15 (quinze) dias para divergência ou habilitação de créditos perante o Administrador Judicial (art. 52, §1º e art. 7º, §1º da LREF). Após esse prazo, o Administrador Judicial (AJ) deverá apresentar a Lista 2, de revisão da Lista1, no prazo de 45 dias (art. 7º, §2º da LREF). VIII - Plano de recuperação judicial Intime-se o devedor para apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), sob pena de convalidação em falência (LREF, 53). O plano deverá observar os requisitos dos arts. 50 a 54 da LREF, contendo: a) meios de recuperação pretendidos; b) projeções econômico-financeiras e fluxo de caixa; c) tratamento dos créditos trabalhistas; d) justificativa da viabilidade do plano. Com a juntada do PRJ nos autos, desde logo tenho por determinado que a Secretaria expeça e publique o Edital2 de aviso aos credores sobre o recebimento do PRJ, com auxílio do AJ, com prazo de 30 dias para eventuais objeções na forma do art. 53, par. único e art. 55 da LRF. Caso o AJ já tenha preparado a Lista2 de revisão da Lista1 de credores sujeitos à RJ, então por celeridade desde logo tenho por determinado que a Secretaria expeça e publique na mesma oportunidade do Edital2 também a intimação dos credores, com o prazo de 10 dias para impugnação/habilitação de crédito na forma do art. 7º, § 2º, e 8º, da LRF. IX - Providências administrativas e fiscais a) Ao recuperando: prazo de 15 (quinze) dias para informar se iniciou tratativas com a Fazenda Pública, juntando documentos de parcelamento ou negociação do passivo fiscal, bem assim juntar os documentos residualmente faltantes (relação de credores não sujeitos ao processo de RJ; extratos atualizados de contas bancárias e eventuais aplicações financeiras dos últimos três meses; relação de bens e direitos do ativo não circulante como apontado no laudo de constatação suplementar); b) À Secretaria: revisar autuação e distribuição (classe e valor da causa), revisando custas a serem recolhidas (se necessário), estando autorizado o parcelamento das custas em até 6 (seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas devendo a primeira ser recolhida em até 10 dias; providenciar a abertura dos autos incidentais do processo recuperacional, nos termos da Portaria nº 2/2024; encaminhar ofício à Junta Comercial do Estado do Paraná, comunicando o deferimento do processamento (art. 69 da LREF); cadastrar e habilitar o AJ nos autos incidentais; anotar e observar as disposições da Resolução nº 426/2024, bem como dos Decretos Judiciários nº 179 e 404/2024; comunicar desta decisão e solicitar informação sobre fase atual da mediação empresarial em curso junto à Câmara de Mediação. Intime-se, imediatamente, o devedor e o AJ. Cientifique-se fase ao MP. Intime-se, pelo modo usual, demais Advogados com representação nos autos." **(III)RELAÇÃO DE CREDITORES:** Em atenção ao disposto no art. 52, §1º, II, da LREF, abaixo, relaciona-se nominalmente os credores conforme listagem organizada e apresentada pelas Devedoras ao ev. 114.32 dos autos: **Classe I - Trabalhista:** JAIR GOMES DA SILVA, CPF 072.033.569-81, R\$ 7.875,92; LUIZ FERNANDO DOS SANTOS ROSSI, CPF 60.701.190/0001-04, R\$ 31.711,31 - **TOTAL DA CLASSE I: R\$ 39.587,23; Classe II - Garantia Real:** BANCO BRADESCO S.A, CNPJ 60.746.948/1736-45, R\$ 448.216,20; BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A, CNPJ 60.814.191/0001-57, R\$ 1.411.321,67; BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, CNPJ 07.207.996/0001-50, R\$ 334.695,21; BANCO SAFRA S.A, CNPJ 58.160.789/0001-28, R\$ 690.388,18; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VALOR SUSTENTAVEL - SICREDI VALOR SUSTENTAVEL PR/S, CNPJ 81.706.616/0001-84, R\$ 524.075,43; ITAU UNIBANCO S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04, R\$ 550.000,00 - **TOTAL DA CLASSE II : R\$ 3.958.696,69; Classe III - Quirografária:** BANCO BRADESCO S.A., CNPJ 60.746.948/1736-45, R\$ 139.482,32; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VALOR SUSTENTAVEL - SICREDI VALOR SUSTENTAVEL PR/SP, CNPJ 81.706.616/0001-84, R\$ 79.938,97 - **TOTAL DA CLASSE III: R \$ 219.421,29; Classe IV - ME/EPP:** GENIUS TORK MECATRONICA LTDA, CNPJ 28.233.543/0001-78, R\$ 32.000,00; M. S. WIRTH PNEUS LTDA, CNPJ 17.357.068/0001-25, R\$ 209.760,00; SA DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA, 49.486.508/0001-30, R\$ 451.500,00 - **TOTAL CLASSE IV: R\$ 693.260,00. (IV) ADVERTÊNCIAS:** Por fim, atendendo-se ao disposto no art. 52, §1º, III, da LREF, destaca-se que: a) o §1º, do art. 7º, da Lei 11.101/2005, confere aos credores o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da publicação do presente edital (art. 52, §1º, Lei 11.101/2005), para que apresentem, diretamente ao Administrador Judicial, suas habilitações e/ou divergências quanto aos créditos relacionados pela Devedora. Para tanto, o credor, primeiramente, poderá preencher formulário disponível no sítio eletrônico da Administração Judicial (<https://www.auxiliaconsultores.com.br/modelos.php>) e, na sequência, seguir o contido no Art. 9º da Lei 11.101/2005, o qual dispõe que: "A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I - o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II - o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III - os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV - a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V - a especificação do objeto da garantia que estiver na posse

do credor. Parágrafo único. Os títulos e documentos que legitimam os créditos deverão ser exibidos no original ou por cópias autenticadas se estiverem juntados em outro processo". As habilitações e/ou divergências de crédito deverão ser encaminhadas, tempestivamente, diretamente à Administradora Judicial **AUXILIA CONSULTORES LTDA.**, para o e-mail: contato@auxiliaconsultores.com.br, com o assunto "**HABILITAÇÃO/DIVERGÊNCIA REGIONALDO BANDEIRA**". Não devem ser apresentadas divergências ou pedidos de habilitações nos autos principais do processo. b) Oportunamente, os credores terão o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, objetarem o plano de recuperação judicial a ser apresentado pelas Devedoras, diretamente nos autos principais, nos termos do art. 55, da LREF. Finalmente, para que ninguém no futuro venha alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado e fixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos xxxxxxxxxxxx de junho de 2025. Eu, (Anastácio Borges dos Santos Jr - Chefe de Secretaria), o digitei e assinei.

-Assinatura Digital-

JULIANO ALBINO MANICA

Juiz de Direito

3ª Vara Cível e Empresarial de Maringá/PR